Fórum Nacional da Agricultura: conversação de paz

Na edição de janeiro deste ano, Agroanalysis *propunha a elaboração de uma agenda de discussões para o agribusiness brasileiro. Em certo sentido, esta agenda está sendo elaborada e já encaminha algumas proposições, através do Fórum Nacional da Agricultura.*

Organizado em 36 grupos que se dedicam a temas que vão de cadeias de agronegócios a aspectos da política agrícola, como por exemplo comercialização, educação e tributos, o Fórum deve atingir um bom momento na sua quarta reunião conjunta, programada para acontecer em São Paulo no próximo dia 23, quando serão apresentados os relatórios dos grupos temáticos.

O presidente Fernando Henrique reafirmou seu apoio à iniciativa na reunião da comissão organizadora e dos coordenadores de seus grupos, realizada em Ribeirão Preto, durante o Agrishow 97.

Em seu discurso, o chefe da nação revelou sua angústia em relação aos temas agricultura e agribusiness, e sua crença de que o Fórum é um caminho adequado para a superação de problemas e a busca de crescimento...

Agroanalysis *enviou trechos desse discurso a algumas das mais destacadas personalidades do agribusiness brasileiro. Os textos que se seguem reproduzem a reação dessas personalidades à fala do presidente. É como se o Fórum Nacional da Agricultura começasse aqui.*

Antologia da angústia

Eis alguns trechos do discurso presidencial, de 1º de maio, em Ribeirão Preto, que foram encaminhados às personalidades que dão seus depoimentos neste artigo.

"Atrasamos um pouco a renegociação da dívida. Havia pouca compreensão no país, não só no governo, no país mesmo, da importância da renegociação da dívida do setor agrícola do Brasil. Não foi fácil, porque sempre havia aquela questão de mais uma vez não privilegiar os que sempre ganharam dinheiro, que não pagam os bancos. Até eu explicar que não era isso, até que nós nos convencêssemos, e convencêssemos nossa própria equipe de que não era isso, que não se tratava de um abuso, mas de um SOS, de uma bóia de salvação... levou tempo.

"Até hoje o Brasil não entendeu que a agricultura é nossa grande vantagem comparativa, no momento em que estamos nos preparando para um grande salto no conjunto da organização produtiva brasileira — que significa também o setor industrial, que significa, por conseqüência, um grande investimento tecnológico, agregar valor. E agregar valor é agregar cérebro na produção.

"O Brasil esqueceu que, realmente, a agricultura está inserida nesse novo mundo. A agricultura não é o passado, é o futuro.

"...Vamos precisar de outros conselhos, porque esses conselhos, como esse Fórum, não são a organização dos corporativos para pura e simplesmente pedir as duas coisas tradicionais, ou três: desvalorização do câmbio, proteção e juros subsidiados.

"...Meu Deus, quanto tempo levou para resolvermos a questão de financiar através de papéis a safra. Eu ainda era ministro da Fazenda, fui à Comissão de Agricultura, na Câmara ou no Senado, não me recordo, três vezes dizendo: isso é bom, pessoal!..."

Ailton Barcelos Fernandes

Como disse o presidente da República, "o Fórum é um caminho adequado para a superação de problemas e busca de crescimento adequado". Por isso ele o criou.

O Fórum busca uma percepção estratégica de futuro ancorado no fato de que a globalização é irreversível e de que existe a necessidade de o país orquestrar-se com as exigências internacionais.

Refiro-me às tarifas e, mais do que isso, àquilo que é requisito *sine qua non* na agricultura: condições fitossanitárias. Sem isto, inviabilizaremos a inserção internacional.

Nesse contexto, avulta a questão sobre o novo papel do Estado. E este nós compreendemos como o de decisivamente contribuir, articulado com a sociedade, para a existência de uma estratégia de desenvolvimento do agronegócio brasileiro, o que supera na prática a velha questão de se ter ou



não uma política agrícola. Substituímos esta clássica questão pelo imperativo de uma estratégia de atuação. Em verdade, o Fórum é um movimento sadio e satisfatório de um país que exige ter uma estratégia, mas deseja fazê-la de forma participativa, de uma forma total, com forte presença da interlocução empresarial. Além disso, a questão dos agronegócios é vista a partir de uma perspectiva de cadeia agroprodutiva.

O Fórum deseja recolher da sociedade o que ela percebe como relevante e, como efeito resultante, impregná-la de uma percepção estratégica de futuro, fazendo parcerias duradouras e responsáveis e ao mesmo tempo criando novas lideranças. É absolutamente encantador constatar que a área agrícola, enviesadamente percebida como arcaica, incapaz de produzir fatos sociais novos, esteja através do FNA oferecendo um novo paradigma para a sociedade.

A estabilidade econômica permite retomar o eixo estratégico da nação. Estratégico é o agronegócio. O grande *core business* do país.

Ailton Barcelos Fernandes é secretário executivo do Ministério da Agricultura.

Alysson Paulinelli

A presença e os comentários do presidente da República não só valorizam os trabalhos do Fórum Nacional da Agricultura, como também dão mais força e autoridade às suas ações.

Realmente, o chamado período de ajuste do Plano Real foi por demais penoso para o sistema produtivo brasileiro, especialmente o rural.

Não sei bem se o presidente já tem em conta que a chamada renegociação da dívida do setor agrícola no Brasil, na realidade, ainda não resolveu o problema do *endividamento* dos produtores rurais durante os diversos planos econômicos — os seis primeiros, frustrados, e o último, o Real, que esperamos seja exitoso em definitivo, mas, que, na realidade, foi no seu primeiro ano o que mais agigantou a dívida real dos produtores rurais (TR + 16% a.a.), com um juro total acima de 70%, quando o produto médio rural caiu 26%. Há casos em que (quando a dívida vem com mais de cinco anos) na renegociação o produtor aca-



bou se comprometendo a pagar, apenas em um único ano, parcela equivalente ao capital da dívida original. E lembrar que ele terá de pagar este valor por sete, ou mesmo, oito anos (caso da diferença do Plano Collor) consecutivos.

Este é um problema, a meu ver, ainda não resolvido, que em nível de fórum ou político terá de ser analisado.

É evidente que, passando o período do ajuste, especialmente os juros cairão, e começam a ser civilizados. O Plano de Safra 1997/98 já é bem mais palatável que os anteriores. O problema, no entanto, não é só este. A agricultura brasileira, e o próprio presidente da República reconhece isto, não é mais uma atividade interna, só para o país. Estamos dentro de um novo contexto. O dos mercados livres e, portanto, da globalização. Não basta, apenas, ver se as nossas condições de juros melhoraram. Precisamos levar em conta o que os nossos competidores têm como vantagem. Aí, sim, temos de olhar os nossos juros em relação aos internacionais, a nossa moeda em relação ao pacote de moedas dos mercados onde concorremos, os nossos custos de serviços e tributos (custo Brasil) em relação aos nossos competidores.

Não se pedem "desvalorização do câmbio, proteção ou juros subsidiados", não. O que deve ser dado são condições de igualdade para competir.

Aí, sim, o presidente vai ver que a área agrícola, que caiu em mais de

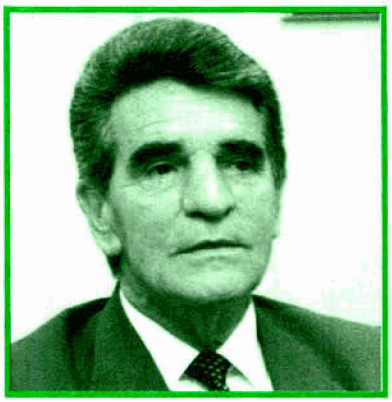
2 milhões de hectares na safra de 1995/96 e ainda mais de 500 mil hectares na de 1996/97, voltará a crescer, e que não será a boa vontade de São Pedro ou um pouco mais de esforço tecnológico que farão crescer a nossa produção, mas, sim, o restabelecimento da confiança dos produtores rurais, que compreenderão que sua missão de produzir no Brasil hoje é mais do que importante, é estratégica ao nosso próprio futuro.

Alysson Paulinelli é secretário de Agricultura do estado de Minas Gerais.

Antônio Ernesto de Salvo

O presidente é claro nas suas angústias e pouco objetivo nas soluções para elas. Diz que a renegociação da dívida foi atrasada, mas não explicita como corrigir os cálculos errados feitos pelos bancos nem esclarece como ficam os valores excedentes ao limite securitizado de R$200 mil. Tampouco explica como redefinir o caso dos securitizados que não têm capacidade de cumprir suas obrigações.

Reconhece que a agricultura é nossa grande vantagem, mas não determina recursos suficientes para potencializar a produção. Diz que a agricultura é o futuro, mas a pesquisa, base do porvir, continua subalimentada.



Afirma precisar de conselhos, mas o único conselho oficial, institucionalizado, previsto em lei — o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA) — está inoperante há dois anos.

Sabe da importância dos papéis para financiar uma safra, mas não foi informado de que o montante de recursos viabilizados pela Cédula do Produto Rural, a CPR, é de apenas 2% do total de recursos disponibilizados ao crédito rural para a safra futura.

É inegável que o discurso mudou para melhor e que muitas coisas boas se fizeram no campo oficial, mas outras muitas estão por fazer. E são exeqüíveis e oportunas.

Antônio Ernesto de Salvo é presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Arlindo Porto

O presidente Fernando Henrique expressa o alívio de quem vê mudanças ocorrendo. Daí ele ter escolhido essa área, onde o Brasil deve dar novo salto de qualidade: colher 80 milhões de toneladas de grãos em cerca de 36 milhões de hectares, área inferior àquela usada há cinco anos. O Fórum Nacional da Agricultura é um dos organismos que apóia e dá substância a esta mudança, através de sugestões apresentadas em seus mais de 30 grupos temáticos.

A estabilidade alcançada pela economia nos permite trabalhar neste sentido, tanto que a novidade do Plano de Safra 1997/98 é que mantivemos e ampliamos as inovações de safra 1996/97. Aperfeiçoamentos discutidos no âmbito de três fóruns: o Nacional da Agricultura, o de Secretários de Agricultura e o de Parlamentares da Agricultura, além de entidades de produtores e de trabalhadores rurais. Também no setor rural, o processo de tomada de decisão foi democratizado.



E esta é apenas mais uma das conquistas que o setor obteve desta administração, valorizada por ganhos expressivos de produtividade agrícola, superiores a 60% nos últimos 20 anos. O que significa mais incentivo à parceria entre o governo e a iniciativa privada, e novo aperfeiçoamento dos instrumentos de intervenção.

Exemplo básico desta parceria, o Zoneamento Agroclimático foi ampliado e revisto este ano, reduzindo o custo do seguro agrícola/Proagro. Outro exemplo é a correção do Preço de Garantia (PGPM), incentivando o plantio de lavouras que usam muita mão-de-obra, ou que não são parte da cesta básica.

No capítulo recurso, que antes era angústia indexada em TR, OTN e BTN, há mais crédito rural (60% a mais) e menos juros (25% a menos, em média), para custeio ou para investimento. Recurso garantido pela exigibilidade, pelos fundos constitucionais, pela poupança BB e pelo FAT.

Outra novidade da parceria governo/iniciativa privada é que estes benefícios são anunciados dois meses antes do plantio, dando tempo ao produtor de realizar o planejamento da lavoura, usando melhor os incentivos que aumentam sua renda.

Arlindo Porto é ministro da Agricultura.

EDMUNDO KLOTZ

Na visão das indústrias processadoras de alimentos congregadas na Abia, a agricultura brasileira passa por período de grande transformação após a crise de securitização das dívidas agrícolas de 1995. A produção agrícola nos anos da estabilização monetária foi maior do que no período imediatamente anterior, demonstrando que num cenário de maior competitividade a agricultura pode responder afirmativamente. Afora os fatores conjugados atuantes sobre a agricultura e o sistema de agribusiness como um todo, compreendendo a abertura da economia, o desenvolvimento do Mercosul, a estabilização, e mediante esta o impacto maior da globalização, o cenário mundial de explosão demográfica, concomitantemente à redução dos hectares agricultáveis *per capita* no planeta no primeiro quartel do século XXI, conforme enfatizado no documento *O Projeto Dólar Alimento*, apresentado pela Abia em dezembro de 1995 no Congresso Nacional, evidencia a importância do Brasil como produtor mundial de alimentos, ensejando ampla reflexão sobre uma política estratégica para o desenvolvimento do agribusiness no Brasil. Essa política, na visão da Abia e das indústrias processadoras de alimentos, agroinsumos, as cooperativas de produção e lideranças importantes da agricultura, passa por uma política de organização de um novo mecanismo de comercialização via estruturação do mercado físico de commodities no país. Essa organização prevê um novo *funding* para a agricultura, através da realização da produção mediante venda antecipada, através de contratos mercantis para entrega futura, um que o comprador na ponta antecipa recursos para o produtor agrícola a um custo substancialmente mais barato que o custo praticado no crédito agrícola tradicional. Nesse novo sistema, através de certificados de oferta de venda, CM-Gs, apólices mercantis garantidas, podem-se viabilizar recursos para a agricultura da ordem de 4 a 5% ao ano *pro rata temporis*.



Outro ponto importante para alavancar amplo salto quantitativo da produção agrícola na visão da Abia é a redução da tributação nos alimentos, que no Brasil é da ordem de 32%, quatro vezes acima da média dos países desenvolvidos. Simulações da Abia publicadas no estudo *A tributação nos alimentos: por que mudar, como mudar* mostram que a arrecadação do ICMS aumentará ligeiramente em relação à situação atual, mediante alargamento do volume, apesar do rebaixamento das alíquotas. Isto ensejará acesso ao mercado de alimentos de maior população de baixa renda, aumentando a demanda por produção agrícola e empregos na agricultura e na indústria.

Estima-se que poderão ser criados ao redor de 625 mil empregos diretos com essa reforma tributária, sendo 588 mil na agricultura e 37 mil na indústria processadora.

Com esses dois mecanismos em operação a agricultura brasileira terá indubitavelmente amplo salto quantitativo e tecnológico.

Edmundo Klotz é presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia).

FRANCISCO SÉRGIO TURRA

O ambiente macroeconômico gerado pela implantação do Plano Real em julho de 1994 modificou profundamente a agricultura brasileira. De um lado, a nova política cambial e tarifária e a grande safra colhida na temporada 1994/95 pressionaram fortemente os preços de comercialização para baixo; de outro, as políticas fiscal e monetária colocaram em níveis muito elevados as taxas de juros, onerando pesadamente as dívidas rurais.

A combinação de baixos preços com elevados custos atingiu de forma direta e generalizada a rentabilidade e a capacidade de pagamento dos agricultores brasileiros.



A saída para a crise teve que passar por um alongamento das dívidas rurais, de modo a permitir aos agricultores se prepararem para enfrentar, com êxito, a dura competição de uma economia que decidiu patrocinar uma ampla abertura aos fluxos de comércio e capitais internacionais.

Esse processo rápido de mudanças, que ainda não terminou, gerou angústias e desconfianças, que somente serão superadas quando as transformações nos sistemas de produção, a redução dos custos e os ganhos de produtividade que estão ocorrendo restabelecerem

a plena competitividade de nossos produtos e transformarem novamente a agricultura brasileira num bom negócio. Começamos, definitiva e irreversivelmente, a viver um novo tempo, com largas perspectivas para o setor produtivo. O Fórum Nacional da Agricultura coloca lado a lado iniciativa firmada e governo, na busca das mais adequadas soluções para resolver os problemas do passado e caminhar em direção ao novo milênio.

Francisco Sérgio Turra é presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

JOSÉ AROLDO GALASSINI

Acompanhamos as declarações do presidente Fernando Henrique quanto às dificuldades do governo em relação à agricultura e à aprovação das mudanças estruturais do Estado, como as reformas administrativa, jurídica, previdenciária, tributária, portos brasileiros, CLT, privatização etc.

Nossa análise é de apoio ao presidente e a seu governo no sentido de que haja solução para a viabilização de todas as reformas, tendo sempre em mente o bem da nação.

Lamentamos que o Congresso não tenha tido ainda condições de apoiar as reformas, sempre esbarrando em interesses de partidos ou de grupos, ou até mesmo pessoais.

Esperamos que tais reformas sejam aprovadas ainda neste governo. A agricultura depende urgentemente dessas medidas para que possa subsistir, competir e ter renda.

José Aroldo Galassini é presidente da Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda (Coamo).

LUIZ ALBERTO GARCIA

O presidente tem razão! Não excluo o temor de sua equipe, pois sabemos que em passado não muito recente houve abusos — como nos casos do calcário e do adubo — com *alguns oportunistas* maculando toda uma classe.

Luiz Alberto Garcia é presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

LUIZ FERNANDO FURLAN

A crise que abateu a agricultura em 1995 — alto nível de endividamento, preços historicamente baixos, volume elevado de estoques oficiais e escassez de recursos financeiros governamentais — despertou, no país, a consciência de que o desempenho satisfatório do complexo agroindustrial só é possível quando há equilíbrio nas relações de troca em níveis adequados de retorno financeiro em todos os segmentos da cadeia. Foi também a prova cabal da necessidade iminente de se implementarem mudanças estratégicas, tanto no setor público quanto no privado, para garantir a sobrevivência da atividade agrícola, no longo prazo, proporcionando níveis adequados de rentabilidade aos que a ela se dedicam.



Com um diagnóstico da real situação da agricultura e ciente de sua importância para a economia nacional, considerando o conceito de cadeia, o governo tomou medidas de emergência, visando a dar um pouco de fôlego ao setor — sendo a securitização a de maior impacto —, até que as diretrizes de médio e longo prazos pudessem ser delineadas.

Foi neste contexto que, com o apoio do presidente, foi criado o Fórum Nacional da Agricultura, composto por diversos grupos temáticos, com a incumbência de discutir exaustivamente as grandes questões rurais, formular estratégias de médio e longo prazos, con-

siderando sempre o conceito de agribusiness, e, com o apoio e aprovação do governo, quando necessário, implementá-las.

O FNA é um projeto com objetivos e agenda bem-definidos, onde as propostas nele discutidas são originadas nas bases rurais regionais. Se constitui numa oportunidade ímpar para que a iniciativa privada tome ações proativas e não somente reativas às políticas implementadas pelo governo. Desta forma, setor privado e governo serão coresponsáveis pelos rumos que o agribusiness nacional irá trilhar nos próximos anos.

O diretor comercial da Sadia é o coordenador do Grupo Temático de Comercialização. Ele tem participado e acompanhado de perto as ações do Fórum Nacional da Agricultura e pode testemunhar o empenho da maioria dos membros que o compõem para modernizar o ultrapassado e deficiente sistema de comercialização.

Acredito que as "angústias" do presidente Fernando Henrique Cardoso, mencionadas em seu discurso, procedem, visto que, em 1995, se viu obrigado a recorrer às tradicionais medidas paliativas — renegociação de dívidas, compras maciças de produtos — que não eram bem-vistas pela grande maioria da população urbana, mas que, naquele momento, eram a única saída.

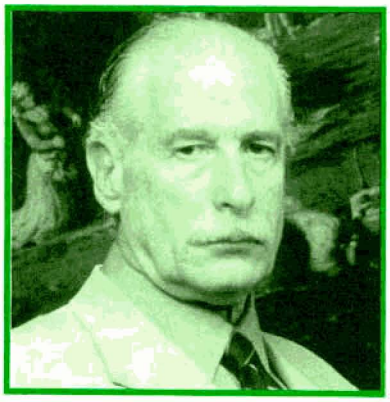
Em Ribeirão Preto, tive a oportunidade de assistir, pessoalmente, ao discurso do presidente, que me pareceu totalmente imbuído do objetivo de propiciar as condições favoráveis ao fortalecimento interno e externo do agribusiness nacional, tendo o FNA como aliado imprescindível.

Luiz Fernando Furlan é presidente da Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio.

Luiz Suplicy Hafers

Finalmente o presidente está convencido da importância da agricultura, que é a solução e não problema, como era até então encarada.

Mas não basta. Nossos instrumentos políticos de pressão, arregimentação e convencimento não são organizados. A equipe econômica ainda não está convencida e trata os retornos da agricultura de maneira escolástica, na qual não faz boa figura.



A questão da agricultura familiar não é compreendida e é necessária como alternativa social. A grande agricultura empresarial, só agora, perante às autoridades, inicia seu convencimento de que é uma grande solução para o problema do balanço.

Mas estamos a caminho.

Luiz Suplicy Hafers é presidente da Sociedade Nacional da Agricultura.

Roberto Rodrigues

Não foi por acaso que a agricultura foi a âncora verde do Real. O presidente e sua equipe de governo estavam suficientemente informados sobre os problemas enfrentados pelo campo com a simultaneidade da estabilização da moeda e da globalização da economia. Mas o setor foi *escolhido* para pagar a conta por razões objetivas: a safra de 1995 era recorde, os preços estavam baixos, os estoques eram altos. Os agricultores são desunidos e não sabem fazer outra coisa que não seja continuar plantando. É a visão urbana que nossos governantes têm da agricultura — só pensam no lado do abastecimento, sem preocupação com a produção. Por causa desta visão e da opção tomada, o governo nos



primeiros meses do Real não cumpriu o PGPM, elevou os juros agrícolas, endividou os agricultores, cortou sua renda, destruiu o valor do seu patrimônio e depois chamou-os de caloteiros.

Agora, o presidente, homem inteligente e arguto, mudou sua posição, por razões também bastante objetivas. Em primeiro lugar, o governo percebeu que a dose foi exagerada e a perda de renda no campo gerou desemprego e alimentou movimentos de oposição ou sociais, como o MST. Em segundo lugar, o déficit comercial de 1996 (US$5 bilhões), que dobrará em 1997, só poderá ser reduzido com o crescimento da agricultura, pela resposta rápida que o setor dá. E em terceiro lugar, nossas vantagens comparativas em termos de mercados globais estão no agribusiness, pelo menos no curto prazo, e é

preciso transformá-las em vantagens competitivas. Daí as ações todas já tomadas, começando com a securitização, passando pela isenção do ICMS nas exportações, a redução do prazo de pagamento de produtos importados, e culminando com a criação do Fórum Nacional da Agricultura. Até o pacote agrícola para 1997/98 é melhor que os anteriores.

Esta história recente permite acreditar no presidente, quando afirma que a agricultura é o futuro, e não o passado.

Mas não bastam estas boas palavras e esta boa intenção. É preciso mais ação, muito mais do que tivemos até agora. A própria securitização é um fôlego que vai acabar logo, logo. É necessário equacioná-la, recalculando as dívidas e admitindo seu pagamento em TDA pelo valor de face. É fundamental fazer as reformas, especialmente a tributária, a previdenciária e a fiscal. Temos que mexer na política de comércio exterior para evitar a competição predatória. E precisamos investir no campo, para urbanizá-lo, implementar novas tecnologias, formar recursos e conquistar a fronteira agrícola.

O governo, como um todo, melhorou muito em relação à agricultura. Mas ainda está longe de pagar o que deve ao setor rural e ao agribusiness. Para fazê-lo, precisa agir mais do que falar.

Roberto Rodrigues é presidente da Aliança Cooperativa Internacional para as Américas e vice-presidente da Abag.

Rui Polidoro Pinto

"Até hoje o Brasil não entendeu que a agricultura é a nossa grande vantagem comparativa... Havia pouca compreensão, no país, da importância da renegociação da dívida do setor agrícola. A agricultura não é o passado, é o futuro."

Nas palavras acima, pronunciadas pelo presidente Fernando Henrique, em seu discurso, acreditamos estar contida a essência de tudo que vimos falando ao longo dos últimos anos. Elas refletem uma angústia do presidente, que para nós representou, sem dúvida, um período dificílimo que ora — esperamos — estamos prestes a superar.

Já em julho de 1994, em documento publicado na imprensa nacional, a Fecotrigo analisava os cenários futuros da economia e os efeitos que adviriam no bojo do Plano Real, alertando para a necessidade de ajustes no câmbio e na política de juros, bem como para o descasamento de índices nas taxas dos financiamentos e dos preços agrícolas, sob pena de levar ao desestímulo na produção.

Infelizmente a previsão se confirmou, gerando um grau de insatisfação que resultou em diversas mobilizações.

O país esperava colher mais uma boa safra em 1996/97 e, conseqüentemente, iniciar a recuperação do setor. Esta expectativa foi frustrada em função da estiagem que atingiu principalmente o Rio Grande do Sul, afetando suas culturas de verão.

Se contra o tempo o homem não pode exercer controle, em relação a outros fatores relacionados à atividade pode-se repensá-los e até mesmo efetuar sua revisão.

Falamos dos instrumentos de política econômica utilizados pelo governo para manter a estabilidade da economia, que refletem diretamente nos setores produtivos.

Se a inflação acumulada em três anos do Plano Real é de 68,9%, segundo o IBGE, a variação dos preços de alguns produtos agrícolas ficou bem aquém.

A soja, com 58,4%, foi o produto que teve variações de preços mais próximas aos índices indicados, ao passo que o arroz e o milho tiveram aumentos inferiores a 20% e o trigo oscilou em 27,6%. Todas as variações de preços ficaram bem abaixo do IGP-DI (81,73%), INPC (IBGE) (63,86%) e TR (77,72%), no mesmo período considerado.

O quadro fica pior ainda quando se analisam outros indicadores como o IPP (índice de preços pagos) e o IPR (índice de preços recebidos pelos produtores). Verificamos que, de julho de 1994 até maio de 1997, o IPP variou 53,7%, enquanto o IPR teve variação de apenas 28,9%. Isso por si só explica a difícil situação pela qual o setor vem passando.

Nestas condições, dificilmente o setor conseguirá honrar os compromissos assumidos nas negociações do endividamento pactuado no processo de securitização.

Não podemos negar que o Brasil conseguiu eliminar até agora o indesejável processo inflacionário, que privilegiava os especuladores em detrimento dos setores produtivos.

O setor agrícola, como é de conhecimento de todos, foi atingido diretamente pelos efeitos da política cambial, das elevadas taxas de juros, da excessiva carga tributária.

Mas, apesar de todos estes aspectos intensamente desfavoráveis, é inegável e amplamente reconhecida a contribuição do setor para o sucesso do Plano Real, a ponto de ser considerado sua "âncora verde".

Atualmente, além de colaborar decisivamente para o controle dos preços internos, o agribusiness vem tendo extraordinária *performance* na balança comercial brasileira, exportando US$12,5 bilhões e importando US$5,1 bilhões, gerando um superávit de US$7,4 bilhões, contribuindo para minimizar o estrangulamento das contas externas do Brasil.

Precisamos ter consciência de que a agricultura é uma atividade diferenciada pelo motivo de estar exposta a efeitos climáticos, que podem gerar grandes perdas aos produtores e à sociedade. Tanto é diferenciada que os mais importantes países produtores de grãos continuam subsidiando sua agricultura, por considerá-la imprescindível a seu desenvolvimento.

Acreditamos que, com a boa vontade demonstrada inequivocamente pelo presidente Fernando Henrique, que

reafirmou seu apoio ao excelente trabalho que vem sendo realizado pelo Fórum Nacional da Agricultura (FNA), haveremos de encontrar definições de uma ação duradoura de política agrícola, fazendo os ajustes necessários e garantindo o estímulo tanto para a produção de alimentos da cesta básica quanto para as lavouras de exportações, superando em muito a produção nacional de grãos, projetada em 76,3 milhões de toneladas (+4,6%) para este ano.

Rui Polidoro Pinto é presidente da Federação das Cooperativas de Trigo (Fecotrigo).

VIDOR JORGE FAITA

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp), representante dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, tem como missão a defesa dos interesses econômicos, políticos e sociais dos trabalhadores rurais, tanto os assalariados rurais como os agricultores familiares. Como presidente dessa federação, participei da última reunião da Comissão Organizadora e dos Coordenadores dos Grupos Temáticos do FNA, no dia 2 de maio passado, durante o Agrishow 97. Ouvi o pronunciamento do presidente da República e compartilho da necessidade de entrosamento entre o governo, lideranças empresariais e trabalhadores, para mudar o modo de encarar temas fundamentais para o Brasil.

Quanto às angústias manifestadas pelo presidente no pronunciamento, podemos dizer que em relação ao atraso da renegociação da dívida, da necessidade de conselhos e do financiamento através de papéis, estamos de acordo com o encaminhamento.

Quanto à renegociação da dívida, para alguns agricultores familiares pode ter sido até questão de sobrevivência, mas para muitos foi a possibilidade de investimento e aumento de produtividade. Apesar de a federação priorizar o desenvolvimento dos agricultores familiares, somos favoráveis ao desenvolvimento dos empresários rurais com tecnologia de ponta e produção em economia de escala. Devemos criar condições para a sobrevivência e o desenvolvimento dos pequenos, médios e grandes empresários rurais. A utilização de mecanização por parte principalmente dos médios e grandes produtores e eliminação de muita mão-de-obra rural é um processo irreversível do desenvolvimento tecnológico. Isso cria um problema muito sério para os nossos sindicatos, inclusive de sobrevivência, mas sempre vão existir o



meio rural e trabalhadores e produtores rurais, e precisamos buscar alternativas e opções para os mesmos.

Quanto à criação de outros conselhos como o Fórum, é necessário em nível estadual, municipal e até comunitário, para que os cidadãos comecem a discutir os seus problemas e buscar soluções. O nosso passado, como a monocultura do café que foi implantada em terras férteis, de início sem necessidade de fertilizantes e defensivos, com custos baixos e vantagens competitivas, criou agricultores que acreditaram que só o trabalho físico era suficiente e fundamental. Também relacionado com a ditadura e o sistema de extensão rural paternalista tipo "plante que o João garante", ainda muitos agricultores esperam que alguém lhes diga o que plantar, como colher e para quem vender. Mas hoje, com a globalização, o Mercosul e as terras depauperadas, num mercado competitivo como é a agricultura, é necessária a capacitação dos agricultores, e os conselhos são os locais adequados para a prática dessa preparação. Nesse sentido, os conselhos não deverão ater-se somente à desvalorização do câmbio, proteção e subsídios. Mas, na medida em que a agricultura brasileira, com alta tecnologia e produtividade, for prejudicada tanto interna ou extemamente por causa da proteção e subsídios em outros países, então essa pauta se torna relevante.

O financiamento da safra através de papéis é uma boa resolução. Não temos informação dos agricultores familiares na comercialização futura, tanto com a CPR (Cédula do Produto Rural) ou o CMEG (Certificado de Mercadoria Garantida), mas temos conhecimento da sua utilização e benefício.

Na agroindustrialização é possível agregar valor aos produtos agrícolas e é necessário investimento tecnológico. Mas muitas vezes o agricultor é somente o fornecedor de matéria-prima barata para as agroindústrias e, portanto, é necessário capacitar os agricultores a organizar cooperativas e associações para terem participação no valor agregado. A diretoria da Fetaesp está muito consciente da necessidade de organizar a comercialização dos produtos dos agricultores familiares.

A inserção da agricultura brasileira no mundo novo é o grande desafio e angústia que nós também sentimos. A agricultura do passado, baseada principalmente em terras férteis, confrontada com a realidade de hoje, foi motivo de a Fetaesp ter dado prioridade ao manejo do solo para os agricultores familiares. Em parceria com o Senar, já realizamos mais de 100 cursos para mais de 2 mil agricultores, especialmente no manejo do solo, e esperamos ter resultado a médio prazo. A capacitação dos agricultores familiares que foi citada muitas vezes é outra prioridade da Fetaesp. Dentro da linha do Pronaf, que identifica os agricultores familiares e suas organizações como os protagonistas do processo do desenvolvimento rural, estamos elaborando projetos para a capacitação dos mesmos.

Vidor Jorge Faita é presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp).